



CLIPPING INTERNET
21/06/2021 ATÉ 21/06/2021



INDÍCE

1	AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
	1.1 BLOG DO MINARD.....	1
	1.2 BLOG MARAMAIS.....	2
2	AÇÕES CORREGEDORIA	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	3
3	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	4
4	COMARCAS	
	4.1 BLOG DO WALISON.....	5
	4.2 SITE O MARANHENSE.....	6 7
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	8
6	ESMAM	
	6.1 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	9
7	INSTITUCIONAL	
	7.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	10
	7.2 SITE O MARANHENSE.....	11
8	JUIZADOS ESPECIAIS	
	8.1 BLOG DO WALISON.....	12
	8.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	13
	8.3 BLOG LUÍS PABLO.....	14
	8.4 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	15
	8.5 SITE O MARANHENSE.....	16
9	JUÍZES	
	9.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....	17
10	VARA CRIMINAL	
	10.1 BLOG BARRA DO CORDA NEWS.....	18
	10.2 BLOG CARLOS BARROSO.....	19
	10.3 BLOG CARLOS CRISTIANO.....	20
	10.4 BLOG CELSO ALMEIDA.....	21
	10.5 BLOG CRISTIANA FRANÇA.....	22
	10.6 BLOG DANIEL MATOS.....	23
	10.7 BLOG DIEGO EMIR.....	24
	10.8 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	25
	10.9 BLOG DO JURACI FILHO.....	26
	10.10 BLOG DO MELQUIADES GOMES.....	27
	10.11 BLOG DO NETO FERREIRA.....	28
	10.12 BLOG DOMINGOS COSTA.....	29
	10.13 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	30
	10.14 BLOG ENQUANTO ISSO NO MARANHÃO.....	31
	10.15 BLOG EZEQUIEL NEVES.....	32
	10.16 BLOG GILBERTO LEDA.....	33
	10.17 BLOG GILBERTO LIMA.....	34
	10.18 BLOG GILDEAN FARIAS.....	35
	10.19 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	36
	10.20 BLOG JO FERNANDES.....	37
	10.21 BLOG JOHN CUTRIM.....	38
	10.22 BLOG JORGE VIEIRA.....	39
	10.23 BLOG JÚLIO DINIZ.....	40
	10.24 BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	41 42
	10.25 BLOG TRIBUNA98.....	43
	10.26 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	44
	10.27 ESTADO DE MINAS.....	45
	10.28 INTERNET - NACIONAL.....	46
	10.29 INTERNET - OUTROS.....	47
	10.30 PORTAL DO MUNIM.....	48
	10.31 PORTAL IMARANHÃO.....	49
	10.32 PORTAL MA98.....	50 51
	10.33 SITE A CRÍTICA - ONLINE.....	52
	10.34 SITE AQUI NOTÍCIAS.....	53
	10.35 SITE CORREIO BRAZILIENSE.....	54
	10.36 SITE DESTAQUE DO MARANHÃO.....	55
	10.37 SITE DINHEIRO RURAL.....	56
	10.38 SITE DIÁRIO DE CUIABÁ.....	57
	10.39 SITE DIÁRIO DO GRANDE ABC.....	58
	10.40 SITE FOLHA DO MARANHÃO.....	59
	10.41 SITE IMIRANTE.COM.....	60

10.42	SITE ISTOÉ ONLINE.....	61
10.43	SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	62
10.44	SITE JORNAL PEQUENO.....	63
10.45	SITE MARANHÃO DE VERDADE.....	64
10.46	SITE MIX VALE.....	65
10.47	SITE O ESTADÃO.....	66
10.48	SITE O MARANHENSE.....	67
10.49	SITE O QUARTO PODER.....	68
10.50	SITE PODER 360.....	69
10.51	SITE POLIARQUIA.....	70
10.52	SITE PORTAL JG.....	71
10.53	SITE TERRA.....	72
10.54	SITE TN ONLINE.....	73
10.55	SITE TRIBUNA DO SERTÃO	74
10.56	SITE UOL.....	75
11	VARA DE AUDITORIA MILITAR	
11.1	BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	76
11.2	BLOG CELSO ALMEIDA.....	77
11.3	BLOG NETO WEBA.....	78
11.4	BLOG ROSE CASTRO.....	79
11.5	SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	80
12	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
12.1	BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	81
12.2	BLOG DO MARCIAL LIMA.....	82
12.3	BLOG DO MINARD.....	83
12.4	BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	84 85 86
12.5	BLOG GILBERTO LEDA.....	87
12.6	BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	88
12.7	BLOG MAURO JORGE GARCIA.....	89 90
12.8	MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO.....	91
12.9	PORTAL MA98.....	92
12.10	SITE FOLHA DO MARANHÃO.....	93
12.11	SITE GAZETA DO MARANHÃO.....	94
12.12	SITE IMIRANTE.COM.....	95
12.13	SITE JORNAL PEQUENO.....	96
12.14	SITE O MARANHENSE.....	97

Justiça manda reintegrar soldado que matou ex-mulher

Carlos Eduardo Pereira voltou aos quadros da Polícia Militar do Maranhão.

Acusado do assassinato a ex-mulher, Bruna Lícia Fonseca Pereira, 23, e do suposto namorado dela, José William dos Santos Silva, 24, na Vicente Fialho, em janeiro de 2020, o soldado teve sua expulsão anulada por decisão judicial.

A reintegração, assinada pelo secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, foi publicada no Diário Oficial do Estado do último dia 15 de junho.

Bruna Lícia e José Willian foram assassinados no quarto do apartamento onde ela viveu com o militar.

Câmara não evita demissões determinadas pela Justiça

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT) tentou nesta sexta-feira, 18, em reunião na Vara de Interesses Difusos e Coletivos e São Luís, reverter a exigência de demissão de servidores da Casa não amparados pela Constituição de 1988.

Acompanhado dos ex-presidentes Chico Carvalho (PSL) e Astro de Ogum (PCdoB) - que assinou o acordo para regularização funcional na Câmara, ainda em 2018 - Osmar Filho esbarrou na postura irredutível do Ministério Público, que exige a demissão dos servidores.

Além de buscar melhor entendimento sobre o alcance da medida judicial, os vereadores apresentaram ao juiz Douglas de Melo Martins e à promotora Sidneya Liberato, pedido de prorrogação da medida, na tentativa de evitar as demissões, ao menos neste momento de pandemia.

Os vereadores reconhecem a legalidade da medida, mas argumentaram que o momento é difícil para toda a sociedade, diante da crise provocada pelo coronavírus.

A promotora deixou claro que a situação não tem como ser mais remediada por que, além e se arrastar por anos, afrontando a Constituição Federal, também é fruto de um acordo celebrado em 2018 e já transitado em julgado.

O juiz Douglas Martins também disse que a decisão - proferida pelo juiz auxiliar Cristiano Simas de Sousa, em 28 de maio - não seria revertida.

Também participaram do encontro o vereador Octávio Soeiro (Podemos) e o procurador-geral da Câmara Municipal, Vitor Cardoso.

MP-MA PROTOCOLA DENÚNCIA CONTRA DEPUTADO FEDERAL, EX-PREFEITO E MAIS 23 PESSOAS

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MPMA protocola denúncia contra deputado Júnior Lourenço, ex-prefeito e mais 23 pessoas

por Carlos Barroso6/21/2021 09:45:00 AM

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída,

de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DENUNCIA DEPUTADO FEDERAL, EX-PREFEITO E OUTRAS 23 PESSOAS NO MARANHÃO

postado por Carlos Cristiano em junho 21, 2021

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas

de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Redação: CCOM-MPMA

Ministério Público oferece denúncia contra o deputado Júnior Lourenço por suposto esquema de R\$ 22 mi

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado Júnior Lourenço (PL), um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Após decisão judicial, SSP reintegra soldado que matou ex-mulher no MA

Carlos Eduardo Pereira voltou aos quadros da Polícia Militar do Maranhão.

Acusado do assassinato a ex-mulher, Bruna Lícia Fonseca Pereira, 23, e do suposto namorado dela, José William dos Santos Silva, 24, na Vicente Fialho, em janeiro de 2020, o soldado teve sua expulsão anulada por decisão judicial.

A reintegração, assinada pelo secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, foi publicada no Diário Oficial do Estado do último dia 15 de junho.

Bruna Lícia e José Willian foram assassinados no quarto do apartamento onde ela viveu com o militar.

Do Gilberto Léda

Operação Laços de Família: Ministério Público protocola denúncia contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MPMA denuncia deputado federal do Maranhão por dano de R\$ 22 milhões ao erário e pede cassação do mandato

Por Daniel Matos • domingo, 20 de junho de 2021

Outras 24 pessoas foram denunciadas pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa

Júnior Lourenço foi investigado pelo Gaeco por suposto dano de R\$ 22 milhões ao erário

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Fonte: Ministério Público do Maranhão

MPMA protocola denúncia contra deputado federal Júnior Lourenço, ex-prefeito e mais 23 pessoas

21 de junho de 2021 : 07:06

3

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MP-MA protocola denúncia contra deputado Júnior Lourenço por esquema de R\$ 22 milhões

Júnior Lourenço.

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim (relembre).

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandado eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas

de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Redação: CCOM-MPMA.

Operação 'Laços de Família' protocola denúncia contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas

21/06/2021 07:19:40

Deputado federal Júnior Lourenço é alvo de operação do GAECO - GP10 Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandado eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída,

de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Foto: divulgação

Em São Luís, MP-MA, Estado e município fazem acordo para reforma do Mercado Central

O projeto de reforma do Mercado Central, em São Luís, tema de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão, foi tema de um acordo homologado pela Justiça na última sexta-feira (18).

A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís acolheu o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Estado do Maranhão, feito pela 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. No mesmo documento, foi homologada a transação feita entre o Ministério Público e o município de São Luís.

A Ação do Ministério Público do Maranhão pedia que não fosse aprovado um projeto arquitetônico referente ao Mercado Central de São Luís e os seus respectivos projetos executivos, além de impedir a sua execução por qualquer ente público ou privado, sob pena de multa diária a ser determinada pelo Judiciário.

O pedido de extinção do processo em relação ao Executivo Estadual aconteceu porque o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura (DPHAP) emitiu parecer desfavorável ao projeto impugnado pelo MP-MA. "Logo, antes mesmo da abertura de prazo para contestação, o Estado do Maranhão já havia atendido o pedido formulado na inicial e rejeitado o referido projeto", explica o promotor de Justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

A partir do processo de mediação realizado na Justiça, foi apresentado um novo projeto pelo escritório de arquitetura responsável, com a alteração de várias características, que recebeu parecer favorável do DPHAP. Esse projeto será executado pela Prefeitura de São Luís, conforme acordo firmado com o Ministério Público..

(Informações do MP-MA)

MPMA protocola denúncia contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas

Operação do Gaeco ocorreu em abril deste ano. O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Jr Lourenço participa do projeto da Associação dos Magistrados do Maranhão que debate a reforma administrativa

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) recebeu nesta segunda, 21, os deputados federais Junior Lourenço e Gastão Vieira para um debate sobre emendas parlamentares, reforma administrativa, audiência de custódia e o novo código de processo penal, além da apresentação do Projeto “A AMMA e o Parlamento”, que tem por objetivo manter um canal de diálogo, debate e apresentação de sugestões entre a Magistratura e os representantes do Poder Legislativo.

O encontro contou com a presença dos membros da Diretoria Executiva, magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública.

De acordo com o presidente Hólídice Barros, um dos papéis fundamentais da AMMA é exatamente o de servir como porta-voz da Magistratura estadual em temas que atingem diretamente a categoria.

O deputado federal Junior Lourenço(PL) tem participado ativamente dos projetos da Associação dos Magistrados, bem como debates e votações que levem melhoria para a classe no plenário da câmara. “Meu gabinete estará sempre de portas abertas para contribuir com ações da AMMA, e sobre a PEC 32/2020 só vai pra votação ano que vem e até lá me solidarizo aos pontos contrários à reforma, me comprometendo sempre em debater a melhor maneira para os representantes da magistratura”, destacou Lourenço.

O Projeto a AMMA e o Parlamento foi lançado em março de 2019.

MP, Estado e Município fazem acordo para reforma do Mercado Central de SLZ

Publicado em 21 de junho de 2021 às 16:30 | [Comentar](#)

O projeto de reforma do Mercado Central, em São Luís, tema de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão, foi tema de um acordo homologado pela Justiça na última sexta-feira, 18.

A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís acolheu o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Estado do Maranhão, feito pela 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. No mesmo documento, foi homologada a transação feita entre o Ministério Público e o Município de São Luís.

A Ação do Ministério Público do Maranhão pedia que não fosse aprovado um projeto arquitetônico referente ao Mercado Central de São Luís e os seus respectivos projetos executivos, além de impedir as sua execução por qualquer ente público ou privado, sob pena de multa diária a ser determinada pelo Judiciário.

O pedido de extinção do processo em relação ao Executivo Estadual aconteceu porque o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura (DPHAP) emitiu parecer desfavorável ao projeto impugnado pelo MPMA. “Logo, antes mesmo da abertura de prazo para contestação, o Estado do Maranhão já havia atendido o pedido formulado na inicial e rejeitado o referido projeto”, explica o promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

A partir do processo de mediação realizado na Justiça, foi apresentado um novo projeto pelo escritório de arquitetura responsável, com a alteração de várias características, que recebeu parecer favorável do DPHAP. Esse projeto será executado pela Prefeitura de São Luís, conforme acordo firmado com o Ministério Público.

Deputado Júnior Lourenço é denunciado por desvio de R\$ 22 milhões em Miranda do Norte

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Atividades presenciais em Alcântara estão suspensas por falta de água

O juiz Rodrigo Otavio Terças, diretor do Fórum da Comarca de Alcântara, comunicou à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão a suspensão das atividades presenciais no fórum de Alcântara diante da falta de abastecimento de água pela Caema, enquanto a situação não for resolvida.

As audiências já designadas para o período serão remarçadas para uma data mais próxima possível, sendo mantidas as audiências que possam ser realizadas de forma exclusivamente virtual, devendo as partes e advogados informarem whatsapp ou e-mail para que possam receber o canal de acesso (link) da sala virtual, bem como as orientações sobre como poderão participar, enviando esses dados para o e-mail vara1_alc@tjma.jus.br.

O atendimento aos profissionais jurídicos e demais jurisdicionados será remoto, das 8h às 18h, nos dias úteis, pelo e-mail vara1_alc@tjma.jus.br; balcão virtual <https://vc.tjma.jus.br/bvvara1alc>; telegram [@comarcadealcantara](https://t.me/comarcadealcantara) e assistente virtual <https://forms.gle/YpGyvFziSphfGbAR9> (disponível 24h/dia).

Também ficam suspensos os prazos processuais dos processos em trâmite em Alcântara, que ainda tramitem fisicamente, prorrogando para o primeiro dia útil subsequente os prazos que vencerem nesse período.

CORONAVÍRUS

A falta d'água no Fórum de Alcântara ocorre há mais de um mês e o juiz tem tentado solucionar o problema por meios alternativos, como abastecimento pelo Centro de Lançamento de Alcântara e compra de água por meio de caminhão-pipa, mas não resolveu a situação, não havendo outra solução a não ser a suspensão das atividades presenciais.

Na Portaria 2219/2021, o juiz informa que a Caema, mesmo após ter sido acionada pelo secretário judicial, “não apresentou nenhuma solução para o problema apontado por este último, tendo apenas informado que a cidade de Alcântara encontrava-se com problemas no abastecimento de água”.

No documento, o juiz afirma que o saneamento básico é ainda mais necessário em razão da Pandemia da COVID-19, “uma vez que são necessários hábitos de higiene como lavar as mãos e sanitizar as dependências do fórum, e não realizar tais atividades pode ocasionar riscos à sua saúde diante da possibilidade do contágio do coronavírus”.

PagSeguro é condenada por não repassar pagamento a usuária dentro do prazo

A PagSeguro Internet Ltda foi condenada a indenizar moralmente uma usuária de seus serviços. O motivo, conforme sentença proferida pelo 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, foi o atraso de quase seis meses de repasse do pagamento de um boleto a uma usuária. A demandada foi condenada a pagar R\$ 1.500,00, a título de danos morais, à parte autora. Na ação, a mulher alegou ser usuária dos serviços prestados pela requerida, acrescentando que atua no ramo de condicionamento físico, sendo que no dia 20 de maio de 2020 um cliente efetuou o pagamento de um boleto no valor de R\$600,00 através do PagSeguro, cuja quantia deveria ter sido disponibilizada no prazo de 48 horas.

Segue relatando que o pagamento não foi repassado, fato esse que teria lhe causado prejuízos e transtornos. Ainda, explica que tentou por diversas vezes solucionar a questão pela via administrativa, mas não obteve êxito. Foi realizada uma audiência de conciliação, mas as partes não chegaram a um acordo, pois a requerida contestou perda do objeto, na medida em que o valor em questão fora compensado no sistema da Pagseguro, acrescentando que atuou como mero intermediário no pagamento, tendo em seguida liberado o crédito na conta da autora, a qual realizou posteriormente a transferência para sua conta, na data de 2 de novembro de 2020.

“De início, cumpre observar que a demandante pleiteava não apenas o recebimento do valor de R\$600,00 a título de dano material, mas também a reparação dos danos morais que afirma ter sofrido, não havendo que se falar, portanto, em ausência de interesse de agir por perda do objeto (...) Passando ao mérito, tem-se que no caso em tela o ônus da prova deverá seguir a regra de artigo do Código de Processo Civil, cabendo à demandante fazer prova dos fatos constitutivos do seu direito, na medida em que a relação entre as partes é cível, e não de consumo”, destaca a sentença.

DEMORA NA LIBERAÇÃO DO VALOR

Para a Justiça, a documentação apresentada pela autora é suficiente à comprovação de que houve, de fato, a falha na prestação de serviço apontada na ação. “Notadamente, percebe-se a demora excessiva e injustificada na disponibilização do crédito que era devido à autora, cuja transação ocorreu desde o mês de maio de 2020, ao passo que a liberação do valor somente ocorreu em novembro do mesmo ano, ou seja, seis meses após a operação que gerou o crédito pertencente à demandante (...) Com isso, vislumbra-se que os pedidos da autora merecem ser deferidos em parte, pois em relação ao pleito de reparação por danos materiais, este resta prejudicado em virtude do pagamento já efetuado pela requerida após o ingresso da presente ação”, enfatiza.

Por fim, decide: “Constatado o dano moral, a sua reparação deve ser fixada em quantia que de fato compense a dor ou sofrimento suportado pela vítima, a ser arbitrada pelo juiz, observadas as circunstâncias de cada caso concreto, levando em conta as condições financeiras do causador do dano e das vítimas, não sendo exorbitante para que não cause enriquecimento sem causa justa, nem tão módica para que faça o autor da ofensa ser estimulado à prática de novos eventos danosos”.

MPMA protocola denúncia contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas

Operação do Gaeco ocorreu em abril deste ano

Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída,

de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

TJMA coloca faixas pretas na fachada do prédio em luto pelas 500 mil mortes pela covid-19 no Brasil

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, lamentou as 500 mil mortes causadas pela Covid-19 no Brasil e autorizou a colocação de duas faixas pretas de pesar nas fachadas laterais do prédio-sede do TJMA, na praça Pedro II, no Centro Histórico de São Luís.

"As duas faixas pretas colocadas foram determinadas pela Presidência para demonstrar a nossa solidariedade às famílias enlutadas. São 500 mil brasileiros que sucumbiram sob o vírus da Covid-19", disse o desembargador Lourival Serejo, expressando sua gratidão aos profissionais de saúde que estão na linha de frente contra a Covid-19.

O número de 500 mil vidas perdidas pela Covid-19 foi registrado num levantamento do consórcio de mídia formado por veículos de comunicação, incluindo jornais e emissoras de TV.

O triste registro chega no pior momento da pandemia. O Brasil está hoje entre os países do mundo com mais mortes e mais casos de covid-19.

PagSeguro é condenada por não repassar pagamento a usuária dentro do prazo

A PagSeguro Internet Ltda foi condenada a indenizar moralmente uma usuária de seus serviços. O motivo, conforme sentença proferida pelo 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, foi o atraso de quase seis meses de repasse do pagamento de um boleto a uma usuária. A demandada foi condenada a pagar R\$ 1.500,00, a título de danos morais, à parte autora. Na ação, a mulher alegou ser usuária dos serviços prestados pela requerida, acrescentando que atua no ramo de condicionamento físico, sendo que no dia 20 de maio de 2020 um cliente efetuou o pagamento de um boleto no valor de R\$600,00 através do PagSeguro, cuja quantia deveria ter sido disponibilizada no prazo de 48 horas.

Segue relatando que o pagamento não foi repassado, fato esse que teria lhe causado prejuízos e transtornos. Ainda, explica que tentou por diversas vezes solucionar a questão pela via administrativa, mas não obteve êxito. Foi realizada uma audiência de conciliação, mas as partes não chegaram a um acordo, pois a requerida contestou perda do objeto, na medida em que o valor em questão fora compensado no sistema da Pagseguro, acrescentando que atuou como mero intermediário no pagamento, tendo em seguida liberado o crédito na conta da autora, a qual realizou posteriormente a transferência para sua conta, na data de 2 de novembro de 2020.

"De início, cumpre observar que a demandante pleiteava não apenas o recebimento do valor de R\$600,00 a título de dano material, mas também a reparação dos danos morais que afirma ter sofrido, não havendo que se falar, portanto, em ausência de interesse de agir por perda do objeto (...) Passando ao mérito, tem-se que no caso em tela o ônus da prova deverá seguir a regra de artigo do Código de Processo Civil, cabendo à demandante fazer prova dos fatos constitutivos do seu direito, na medida em que a relação entre as partes é cível, e não de consumo", destaca a sentença.

DEMORA NA LIBERAÇÃO DO VALOR

Para a Justiça, a documentação apresentada pela autora é suficiente à comprovação de que houve, de fato, a falha na prestação de serviço apontada na ação. "Notadamente, percebe-se a demora excessiva e injustificada na disponibilização do crédito que era devido à autora, cuja transação ocorreu desde o mês de maio de 2020, ao passo que a liberação do valor somente ocorreu em novembro do mesmo ano, ou seja, seis meses após a operação que gerou o crédito pertencente à demandante (...) Com isso, vislumbra-se que os pedidos da autora merecem ser deferidos em parte, pois em relação ao pleito de reparação por danos materiais, este resta prejudicado em virtude do pagamento já efetuado pela requerida após o ingresso da presente ação", enfatiza.

Por fim, decide: "Constatado o dano moral, a sua reparação deve ser fixada em quantia que de fato compense a dor ou sofrimento suportado pela vítima, a ser arbitrada pelo juiz, observadas as circunstâncias de cada caso concreto, levando em conta as condições financeiras do causador do dano e das vítimas, não sendo exorbitante para que não cause enriquecimento sem causa justa, nem tão módica para que faça o autor da ofensa ser estimulado à prática de novos eventos danosos".

Operação Laços de Família: MPMA protocola denúncia contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas

Foto Reprodução

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandado eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída,

de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MPMA, Estado e Município fazem acordo para reforma do Mercado Central em São Luís

O projeto de reforma do Mercado Central, em São Luís, tema de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão, foi tema de um acordo homologado pela Justiça na última sexta-feira, 18.

A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís acolheu o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Estado do Maranhão, feito pela 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. No mesmo documento, foi homologada a transação feita entre o Ministério Público e o Município de São Luís.

A Ação do Ministério Público do Maranhão pedia que não fosse aprovado um projeto arquitetônico referente ao Mercado Central de São Luís e os seus respectivos projetos executivos, além de impedir as sua execução por qualquer ente público ou privado, sob pena de multa diária a ser determinada pelo Judiciário.

O pedido de extinção do processo em relação ao Executivo Estadual aconteceu porque o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura (DPHAP) emitiu parecer desfavorável ao projeto impugnado pelo MPMA.

A partir do processo de mediação realizado na Justiça, foi apresentado um novo projeto pelo escritório de arquitetura responsável, com a alteração de várias características, que recebeu parecer favorável do DPHAP. Esse projeto será executado pela Prefeitura de São Luís, conforme acordo firmado com o Ministério Público.

Câmara tenta, sem sucesso, evitar demissões determinadas pela Justiça

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT) tentou nesta sexta-feira, 18, em reunião na Vara de Interesses Difusos e Coletivos e São Luís, reverter a exigência de demissão de servidores da Casa não amparados pela Constituição de 1988.

Acompanhado dos ex-presidentes Chico Carvalho (PSL) e Astro de Ogum (PCdoB) - que assinou o acordo para regularização funcional na Câmara, ainda em 2018 - Osmar Filho esbarrou na postura irredutível do Ministério Público, que exige a demissão dos servidores.

Além de buscar melhor entendimento sobre o alcance da medida judicial, os vereadores apresentaram ao juiz Douglas de Melo Martins e à promotora Sidneya Liberato, pedido de prorrogação da medida, na tentativa de evitar as demissões, ao menos neste momento de pandemia.

Os vereadores reconhecem a legalidade da medida, mas argumentaram que o momento é difícil para toda a sociedade, diante da crise provocada pelo coronavírus.

A promotora deixou claro que a situação não tem como ser mais remediada por que, além de se arrastar por anos, afrontando a Constituição Federal, também é fruto de um acordo celebrado em 2018 e já transitado em julgado.

O juiz Douglas Martins também disse que a decisão - proferida pelo juiz auxiliar Cristiano Simas de Sousa, em 28 de maio - não seria revertida.

Também participaram do encontro o vereador Octávio Soeiro (Podemos) e o procurador-geral da Câmara Municipal, Vitor Cardoso.

Câmara tenta, sem sucesso, evitar demissões determinadas pela Justiça

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT) tentou nesta sexta-feira, 18, em reunião na Vara de Interesses Difusos e Coletivos e São Luís, reverter a exigência de demissão de servidores da Casa não amparados pela Constituição de 1988.

Acompanhado dos ex-presidentes Chico Carvalho (PSL) e Astro de Ogum (PCdoB) - que assinou o acordo para regularização funcional na Câmara, ainda em 2018 - Osmar Filho esbarrou na postura irredutível do Ministério Público, que exige a demissão dos servidores.

Além de buscar melhor entendimento sobre o alcance da medida judicial, os vereadores apresentaram ao juiz Douglas de Melo Martins e à promotora Sidneya Liberato, pedido de prorrogação da medida, na tentativa de evitar as demissões, ao menos neste momento de pandemia.

Os vereadores reconhecem a legalidade da medida, mas argumentaram que o momento é difícil para toda a sociedade, diante da crise provocada pelo coronavírus.

A promotora deixou claro que a situação não tem como ser mais remediada por que, além de se arrastar por anos, afrontando a Constituição Federal, também é fruto de um acordo celebrado em 2018 e já transitado em julgado.

O juiz Douglas Martins também disse que a decisão - proferida pelo juiz auxiliar Cristiano Simas de Sousa, em 28 de maio - não seria revertida.

Também participaram do encontro o vereador Octávio Soeiro (Podemos) e o procurador-geral da Câmara Municipal, Vitor Cardoso.

Deputado Júnior Lourenço é denunciado à Justiça em esquema criminoso com prejuízo de 22 milhões aos cofres públicos

Redação

21 de junho de 2021

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MP PROTOCOLA DENÚNCIA CONTRA DEPUTADO JÚNIOR LOURENÇO

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira (18), denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Júnior Lourenço é denunciado à Justiça por suposto esquema de R\$ 22 mi

Publicado em 21 de junho de 2021 por gilbertoleda

3

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado Júnior Lourenço (PL), um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída,

de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Câmara não consegue evitar demissões determinadas pela Justiça

Publicado em 21 de junho de 2021 por gilbertoleda

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT) tentou nesta sexta-feira, 18, em reunião na Vara de Interesses Difusos e Coletivos e São Luís, reverter a exigência de demissão de servidores da Casa não amparados pela Constituição de 1988.

Acompanhado dos ex-presidentes Chico Carvalho (PSL) e Astro de Ogum (PCdoB) - que assinou o acordo para regularização funcional na Câmara, ainda em 2018 - Osmar Filho esbarrou na postura irredutível do Ministério Público, que exige a demissão dos servidores.

Além de buscar melhor entendimento sobre o alcance da medida judicial, os vereadores apresentaram ao juiz Douglas de Melo Martins e à promotora Sidneya Liberato, pedido de prorrogação da medida, na tentativa de evitar as demissões, ao menos neste momento de pandemia.

Os vereadores reconhecem a legalidade da medida, mas argumentaram que o momento é difícil para toda a sociedade, diante da crise provocada pelo coronavírus.

A promotora deixou claro que a situação não tem como ser mais remediada por que, além de se arrastar por anos, afrontando a Constituição Federal, também é fruto de um acordo celebrado em 2018 e já transitado em julgado.

O juiz Douglas Martins também disse que a decisão - proferida pelo juiz auxiliar Cristiano Simas de Sousa, em 28 de maio - não seria revertida.

Também participaram do encontro o vereador Octávio Soeiro (Podemos) e o procurador-geral da Câmara Municipal, Vitor Cardoso.

Deputado federal maranhense, ex-prefeito e mais 23 pessoas são denunciadas pelo MP à Justiça por fraudes em licitações e organização criminosa

Deputado Júnior Lourenço, ao lado de Bolsonaro, pode perder o mandato

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída,

de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Ministério Público denuncia deputado Júnior Lourenço, ex-prefeito e mais 23 pessoas por fraude, peculato e organização criminosa

junho 21, 2021

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ofereceu, na última sexta-feira (18), denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Com base nos elementos e provas coletados, o MPMA pede a condenação dos denunciados pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MP protocola denúncia contra Júnior Lourenço, ex-prefeito e mais 23 pessoas

Publicado em 21 de junho de 2021

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas

de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Câmara de São Luís tenta, sem sucesso, evitar demissões determinadas pela Justiça

Publicado em 21 de junho de 2021

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT) tentou na última sexta-feira, 18, em reunião na Vara de Interesses Difusos e Coletivos e São Luís, reverter a exigência de demissão de servidores da Casa não amparados pela Constituição de 1988.

Acompanhado dos ex-presidentes Chico Carvalho (PSL) e Astro de Ogum (PCdoB) - que assinou o acordo para regularização funcional na Câmara, ainda em 2018 - Osmar Filho esbarrou na postura irredutível do Ministério Público, que exige a demissão dos servidores.

Além de buscar melhor entendimento sobre o alcance da medida judicial, os vereadores apresentaram ao juiz Douglas de Melo Martins e à promotora Sidneya Liberato, pedido de prorrogação da medida, na tentativa de evitar as demissões, ao menos neste momento de pandemia.

Os vereadores reconhecem a legalidade da medida, mas argumentaram que o momento é difícil para toda a sociedade, diante da crise provocada pelo coronavírus.

A promotora deixou claro que a situação não tem como ser mais remediada por que, além e se arrastar por anos, afrontando a Constituição Federal, também é fruto de um acordo celebrado em 2018 e já transitado em julgado.

O juiz Douglas Martins também disse que a decisão - proferida pelo juiz auxiliar Cristiano Simas de Sousa, em 28 de maio - não seria revertida.

Também participaram do encontro o vereador Octávio Soeiro (Podemos) e o procurador-geral da Câmara Municipal, Vitor Cardoso.

Deputado Júnior Lourenço é denunciado por desvio de R\$ 22 milhões em Miranda do Norte

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída,

de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Deu no Blog do Neto Ferreira

MP protocola denúncia contra deputado do MA e quer pagamento de R\$ 22 milhões por reparação de danos ao erário

Publicado em 20 de junho de 2021 John Cutrim

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída,

de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MPMA DENUNCIA DEPUTADO FEDERAL JÚNIOR LOURENÇO POR FRAUDE EM LICITAÇÃO, PECULATO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de

Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Operação Laços de Família: Ministério Público protocola denúncia contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas de Miranda do Norte

Júlio Diniz 21 de junho de 2021

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública. Com informações MPMA

Em nota ao site, Equatorial diz que vai recorrer da decisão que proíbe corte de energia da fazenda do ex-deputado Stênio

Por Luís Pablo 21-06-2021 às 19:02 PolíticaComente

Ex-deputado Stênio Rezende

Ex-deputado Stênio Rezende

A empresa Equatorial Maranhão encaminhou nota de esclarecimento ao site do Luís Pablo sobre a reportagem intitulada como: “DÉBITO! Justiça proíbe corte de energia da fazenda do ex-deputado Stênio”.

A reportagem publicada no site do Atual7 e reproduzida por esta página, noticiou uma decisão judicial que proibiu a Equatorial de cortar a energia elétrica de uma fazenda de ex-deputado, localizada no município de Santa Luzia do Tide-MA.

Em resposta, a empresa de energia disse que tomou ciência da decisão e que irá tomar todas as medidas para recorrer até às instâncias superiores da justiça.

ABAIXO A NOTA NA ÍNTEGRA:

A Equatorial Maranhão informa que já tomou ciência da situação e que respeita os provimentos judiciais. No entanto, é importante esclarecer que o recurso às instâncias superiores da justiça é direito constitucionalmente assegurado a todo cidadão, órgão público ou privado e que, portanto, adotará as medidas cabíveis para a proteção de suas prerrogativas legais.

Assessoria de Imprensa da Equatorial Maranhão

Deputado Júnior Lourenço participa do projeto da Associação dos Magistrados do Maranhão que debate a reforma administrativa

21 de junho de 2021 Maramais

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) recebeu nesta segunda, 21, os deputados federais Junior Lourenço e Gastão Vieira para um debate sobre emendas parlamentares, reforma administrativa, audiência de custódia e o novo código de processo penal, além da apresentação do Projeto “A AMMA e o Parlamento”, que tem por objetivo manter um canal de diálogo, debate e apresentação de sugestões entre a Magistratura e os representantes do Poder Legislativo.

O encontro contou com a presença dos membros da Diretoria Executiva, magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública.

De acordo com o presidente Hóldice Barros, um dos papéis fundamentais da AMMA é exatamente o de servir como porta-voz da Magistratura estadual em temas que atingem diretamente a categoria.

O deputado federal Junior Lourenço(PL) tem participado ativamente dos projetos da Associação dos Magistrados, bem como debates e votações que levem melhoria para a classe no plenário da câmara. “Meu gabinete estará sempre de portas abertas para contribuir com ações da AMMA, e sobre a PEC 32/2020 só vai pra votação ano que vem e até lá me solidarizo aos pontos contrários à reforma, me comprometendo sempre em debater a melhor maneira para os representantes da magistratura”, destacou Lourenço.

O Projeto a AMMA e o Parlamento foi lançado em março de 2019.

Câmara de São Luís tenta, sem sucesso, evitar demissões determinadas pela Justiça

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT) tentou na última sexta-feira, 18, em reunião na Vara de Interesses Difusos e Coletivos e São Luís, reverter a exigência de demissão de servidores da Casa não amparados pela Constituição de 1988.

Acompanhado dos ex-presidentes Chico Carvalho (PSL) e Astro de Ogum (PCdoB) - que assinou o acordo para regularização funcional na Câmara, ainda em 2018 - Osmar Filho esbarrou na postura irredutível do Ministério Público, que exige a demissão dos servidores.

Além de buscar melhor entendimento sobre o alcance da medida judicial, os vereadores apresentaram ao juiz Douglas de Melo Martins e à promotora Sidneya Liberato, pedido de prorrogação da medida, na tentativa de evitar as demissões, ao menos neste momento de pandemia.

Os vereadores reconhecem a legalidade da medida, mas argumentaram que o momento é difícil para toda a sociedade, diante da crise provocada pelo coronavírus.

Câmara de São Luís tenta, sem sucesso, evitar demissões determinadas pela Justiça

By Mauro Garcia | 09:37Comente

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT) tentou na última sexta-feira, 18, em reunião na Vara de Interesses Difusos e Coletivos e São Luís, reverter a exigência de demissão de servidores da Casa não amparados pela Constituição de 1988.

Acompanhado dos ex-presidentes Chico Carvalho (PSL) e Astro de Ogum (PCdoB) - que assinou o acordo para regularização funcional na Câmara, ainda em 2018 - Osmar Filho esbarrou na postura irredutível do Ministério Público, que exige a demissão dos servidores.

Além de buscar melhor entendimento sobre o alcance da medida judicial, os vereadores apresentaram ao juiz Douglas de Melo Martins e à promotora Sidneya Liberato, pedido de prorrogação da medida, na tentativa de evitar as demissões, ao menos neste momento de pandemia.

Os vereadores reconhecem a legalidade da medida, mas argumentaram que o momento é difícil para toda a sociedade, diante da crise provocada pelo coronavírus.

Após decisão judicial, SSP reintegra soldado que matou ex-mulher no MA

segunda-feira, junho 21, 2021 | By Blog do Neto Weba

Carlos Eduardo Pereira voltou aos quadros da Polícia Militar do Maranhão.

Acusado do assassinato a ex-mulher, Bruna Lícia Fonseca Pereira, 23, e do suposto namorado dela, José William dos Santos Silva, 24, na Vicente Fialho, em janeiro de 2020, o soldado teve sua expulsão anulada por decisão judicial.

A reintegração, assinada pelo secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, foi publicada no Diário Oficial do Estado do último dia 15 de junho.

Bruna Lícia e José Willian foram assassinados no quarto do apartamento onde ela viveu com o militar.

MP denuncia Júnior Lourenço e 'Negão' por desvio de R\$ 22 milhões em Miranda do Norte

O deputado federal Júnior Lourenço e o ex-prefeito de Miranda do Norte Eduardo Belfort OMinistério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

LEIA MAIS

Empresário preso pela PF denuncia esquema de agiotagem em gabinete de Lourenço

Operação Laços de Família faz busca e apreensão em 5 municípios

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MP acusa Júnior Lourenço e Eduardo Belfort de montar organização criminosa em Miranda do Norte

21/06/2021 04:09:00

O deputado federal Júnior Lourenço e o ex-prefeito de Miranda do Norte Eduardo Belfort

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

O post MP acusa Júnior Lourenço e Eduardo Belfort de montar organização criminosa em Miranda do Norte apareceu primeiro em Blog do Garrone.

SOLDADO QUE MATOU A EX-MULHER É REINTEGRADO AO QUADRO DA PM DO MARANHÃO

junho 21, 2021

O soldado Carlos Eduardo Nunes Pereira que assassinou a sua ex-mulher Bruna Lícia Fonseca Pereira e o amante José Willian dos Santos Silva, será reintegrado ao quadro de Praça da Polícia Militar do Maranhão. A informação foi publicada no Diário Oficial.

RELEMBRE O CASO

No dia 25 de janeiro de 2020, o policial militar Carlos Eduardo Nunes Pereira, de 31 anos, matou a tiros sua ex-mulher, Bruna Lícia Fonseca Pereira, e José Willian dos Santos Silva, colega de trabalho dela, com o qual a mulher supostamente mantinha um relacionamento amoroso.

O crime foi cometido no apartamento dela, no Condomínio Pacífico I, no bairro Vicente Fialho, em São Luís. A mulher foi atingida com dois tiros, sendo um no seio e outro no abdômen, enquanto José Willian levou cerca de quatro tiros. Segundo a Polícia Civil, pelo menos oito tiros foram efetuados pelo policial.

Fonte: Werbeth Saraiva

Ministério Público protocola denúncia contra deputado Júnior Lourenço e ex-prefeito Negão

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Operação Laços de Família - MPMA protocola denúncia contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas

21 de junho de 2021 / 10h 28

Operação Laços de Família - MPMA protocola denúncia contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

Estadão Conteúdo

21/06/2021 13:33

COMPARTILHE

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandato eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para "a existência de uma organização criminosa".

Continue sempre bem informado

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, "foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a

Administração Pública".

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

Tags: #ma júnior lourenço denúncia

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa na gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandato eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para "a existência de uma organização criminosa".

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, "foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública".

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

De acordo com Promotoria, fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família

Estadão Conteúdo

Redação Folha Vitória
21 de Junho de 2021 às 13:40
Atualizado 21/06/2021 14:31:11

Foto: Camara dos Deputados

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandato eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para "a existência de uma organização criminosa".

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, "foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública".

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

SÃO LUÍS - MPMA, Estado e Município fazem acordo para reforma do Mercado Central

Imprimir

Publicado: 21 Junho 2021 Acessos: 29

MPMAO projeto de reforma do Mercado Central, em São Luís, tema de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão, foi tema de um acordo homologado pela Justiça na última sexta-feira, 18.

A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís acolheu o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Estado do Maranhão, feito pela 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. No mesmo documento, foi homologada a transação feita entre o Ministério Público e o Município de São Luís.

A Ação do Ministério Público do Maranhão pedia que não fosse aprovado um projeto arquitetônico referente ao Mercado Central de São Luís e os seus respectivos projetos executivos, além de impedir as sua execução por qualquer ente público ou privado, sob pena de multa diária a ser determinada pelo Judiciário.

O pedido de extinção do processo em relação ao Executivo Estadual aconteceu porque o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura (DPHAP) emitiu parecer desfavorável ao projeto impugnado pelo MPMA. “Logo, antes mesmo da abertura de prazo para contestação, o Estado do Maranhão já havia atendido o pedido formulado na inicial e rejeitado o referido projeto”, explica o promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

A partir do processo de mediação realizado na Justiça, foi apresentado um novo projeto pelo escritório de arquitetura responsável, com a alteração de várias características, que recebeu parecer favorável do DPHAP. Esse projeto será executado pela Prefeitura de São Luís, conforme acordo firmado com o Ministério Público..

Redação: Rodrigo Freitas (CCOM-MPMA)

Operação Laços de Família: MPMA protocola denúncia contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas

POR PORTAL DO MUNIM · 21/06/2021

MARANHÃO - O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandado eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída,

de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Júnior Lourenço é denunciado à Justiça por suposto esquema de R\$ 22 milhões

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado Júnior Lourenço (PL), um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Ministério Público do Maranhão deflagra Operação Laços de Família

21 de junho de 2021 Jornalismo

Denúncias contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas foram protocolados pelo órgão.

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira (18), denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Operação Mormaço interdita estabelecimentos no MA e PI

21 de junho de 2021 Jornalismo

A interdição foi a pedido do Ministério Público do Maranhão.

Como desdobramento da Operação Mormaço, o Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão interditou, no dia 16 de junho, as arenas Alto da Cruz, Placar e Terceiro Tempo, localizadas em Timon, além da loja Modelo Veículos, em Teresina.

A ação contou com a parceria do Gaeco do Piauí, da Polícia Civil do Maranhão e do Instituto de Criminalística de Timon (Icrim). As interdições cumpriram decisões da Justiça, proferidas a pedido do Ministério Público do Maranhão. Todos os estabelecimentos pertencem a pessoas presas na primeira etapa da Operação Mormaço, realizada no dia 10 de junho.

O objetivo da operação foi desarticular uma facção com atuação interestadual. Foram alvos pessoas físicas e jurídicas em Teresina (Piauí), Timon e Caxias, no Maranhão.

Iniciadas há cerca de um ano, as investigações mostraram que a organização criminosa tem um sistema de lavagem de dinheiro sofisticado, com a utilização de empresas para o escoamento dos valores resultantes de negócios com drogas ilícitas, armas de fogo, veículos e peças de automóveis, além de outras atividades.

A Operação Mormaço contou com a participação de seis promotores de justiça do Maranhão (sendo cinco do Gaeco), dois promotores de justiça do Piauí (do Gaeco) e 14 servidores do MPMA, além de 84 policiais civis e seis peritos do Icrim.

MPMA, Estado e Município fazem acordo para reforma do Mercado Central

21 de junho de 2021 Jornalismo

O projeto será executado pela Prefeitura de São Luís, conforme acordo firmado com o Ministério Público.

O projeto de reforma do Mercado Central, em São Luís, tema de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão, foi tema de um acordo homologado pela Justiça na última sexta-feira, 18.

A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís acolheu o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Estado do Maranhão, feito pela 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. No mesmo documento, foi homologada a transação feita entre o Ministério Público e o Município de São Luís.

A ação do Ministério Público do Maranhão pedia que não fosse aprovado um projeto arquitetônico referente ao Mercado Central de São Luís e os seus respectivos projetos executivos, além de impedir as suas execuções por qualquer ente público ou privado, sob pena de multa diária a ser determinada pelo Judiciário.

O pedido de extinção do processo em relação ao Executivo Estadual aconteceu porque o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura (DPHAP) emitiu parecer desfavorável ao projeto impugnado pelo MPMA. “Logo, antes mesmo da abertura de prazo para contestação, o Estado do Maranhão já havia atendido o pedido formulado na inicial e rejeitado o referido projeto”, explica o promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

A partir do processo de mediação realizado na Justiça, foi apresentado um novo projeto pelo escritório de arquitetura responsável, com a alteração de várias características, que recebeu parecer favorável do DPHAP. Esse projeto será executado pela Prefeitura de São Luís, conforme acordo firmado com o Ministério Público.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

Ministério Público do Maranhão denunciou Júnior Lourenço por supostos crimes cometidos entre 2009 e 2016, quando era prefeito de Miranda do Norte, município situado a cerca de 140 km de São Luís

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandado eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para "a existência de uma organização criminosa".

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, "foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública".

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

JUIZ MANOEL AURELIANO É HOMENAGEADO NO ENCONTRO DOS JUIZADOS

O juiz Manoel Aureliano Ferreira Neto, juiz titular da 2ª Turma Recursal Permanente de São Luís, recebeu dupla homenagem, na tarde de quarta-feira (16/6), durante a solenidade de abertura do Encontro dos Juizados Especiais do Maranhão. O reconhecimento se dá pelo trabalho em favor da Justiça maranhense e nacional, especialmente no âmbito dos juizados, área que o magistrado se dedica desde o ano de 1998. O presidente do Conselho de Juizados Especiais do Maranhão, desembargador Paulo Velten, ressaltou que, ao ser indicado para a homenagem, o magistrado recebeu adesão unânime pelos membros do Conselho. "Esta é uma homenagem do fundo de nossas almas em forma de carinho, respeito e admiração", destacou. O juiz foi homenageado com uma placa, confeccionada exclusivamente para o momento solene. Já a Associação dos Magistrados do Maranhão aprovou, em caráter excepcional, a outorga da Medalha Madalena Serejo ao mais antigo juiz em atividade no Sistema de Juizados maranhense. A leitura ao homenageado coube ao seu amigo, o desembargador Lourival Serejo, presidente do Tribunal de Justiça, que destacou sua trajetória e contributo para a Justiça, a literatura e a Academia. O presidente lembrou, também, a referência que Manoel Aureliano se tornou no Sistema de Juizados do Brasil, com importante e efetiva participação e contribuição com os estudos na área. Atualmente, ele integra o grupo de Turmas de Recursos e Uniformização do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (FONAJE). E disse que é daqueles magistrados que julga com base nas leis, mas sempre em consonância com os valores sociais. ORIGEM Filho de carpinteiro e de uma dona de casa, a história de Aureliano se confunde com a de milhões de brasileiros, oriundos de família humilde e que viu nos estudos o caminho para a superação das adversidades. Foi advogado e há mais de três décadas compõe o quadro da magistratura do Maranhão, tendo passado pelas comarcas de Carutapera, Turiaçu, Cândido Mendes, Carolina, Porto Franco, João Lisboa, Açailândia, Imperatriz e São Luís. Além do presidente, todos que usaram a palavra durante a solenidade, reforçaram o trabalho e a importância dos ensinamentos do juiz Manoel Aureliano para aquela Justiça que se faz nos juizados, que é a que está mais próxima do cidadão. Escritor, Manoel Aureliano tem uma vasta produção literária, composta por contos, crônicas, artigos e livros. É autor próprio e em colaboração de importantes títulos, a exemplo de: "Juizados Especiais, 15 anos de debates e reflexão", "A aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade nas relações de consumo", "Juizados Especiais Cíveis e o novo CPC", "Canções de uma vida" e "Contos de Imperatriz". É membro das Academias Imperatrizense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Maranhense de Letras, nesta última, ocupando a cadeira de número 9, cujo patrono é Gonçalves Dias.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandado eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para “a existência de uma organização criminosa”.

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira – atualmente vice-prefeito do município – e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, “foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública”.

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a

publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

Em evento, ministra Nancy Andrichi sugere novo modelo de juizados especiais

21 de junho de 2021, 11h33

A simplicidade e a oralidade, que marcaram a fundação dos juizados especiais, foram aos poucos se perdendo em meio a um formalismo crescente. Com isso, esse tipo de prestação jurisdicional se descaracterizou, e corre o risco de se tornar anacrônico, se não passar por uma transformação profunda.

Em linhas gerais, esse foi o raciocínio apresentado pela ministra Nancy Andrichi, do Superior Tribunal de Justiça, durante o Encontro Estadual dos Juizados Especiais, promovido na última quinta-feira (17/6) pela Corregedoria Geral da Justiça, com apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e da Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

Nancy sugere um tipo de mecanismo totalmente local, criado pelo Poder Judiciário de cada Estado, atento às suas peculiaridades. "É hora de pensar e idealizar uma nova forma de julgar após a rica experiência adquirida nos juizados especiais. Quem sabe, um novo modelo de juizado, um novo procedimento que seja primoroso no atendimento dessa nova plêiade de conflitos e que auxilie, também, no desafogamento dos juizados especiais, que já mostram sinais de asoberbamento. Um juizado totalmente oral e simples, que não se aproxime sequer das sombras das regras contidas no Código de Processo Civil", disse.

Na visão da ministra, as formas processuais transformam a espera do cidadão em uma verdadeira 'via crucis', que morrem, não raras vezes, antes da conclusão do processo.

"Tenho ouvido, reiteradamente há algum tempo, críticas aos nossos juizados especiais no sentido de que está descaracterizada a sua especialidade e o procedimento sumaríssimo adotado pela Lei 9.099. O microsistema dos juizados foi impregnado pelos efeitos, reflexos e algumas idiosincrasias do Código de Processo Civil. E, assim procedendo, leva à desvalorização do próprio movimento que conduziu e justificou a sua criação", avaliou.

"A simplicidade e a informalidade, que deveriam pautar o procedimento sumaríssimo, foram aos poucos desaparecendo nas brumas inexoráveis do tecnicismo e formalismo que emanam do Código de Processo Civil."

Simplicidade e oralidade

A ministra enfatizou que o Poder Judiciário, em matéria de jurisdição, foi salvo pelo trabalho prestado pelos juizados especiais. "Mas é preciso estarmos atentos ao novo e diferenciado momento. Há algo para ser feito e o que proponho é convidá-los a uma reflexão. Há sim, um outro meio, menos complicado, mais avançado de prestar a jurisdição. Pensemos na oralidade e, acima de tudo, na simplicidade."

"Nós ainda não aprendemos, completamente, o que quer dizer oralidade e simplicidade, princípios que, me perdoem, não foram cumpridos com efetividade pelos juizados especiais. Transformação é a palavra que nos convoca", ponderou, convidando a fazer um projeto-piloto de uma Justiça verdadeiramente oral e simples.

Por fim, Nancy Andrichi ressaltou que os juízes que atuam nos juizados especiais no Maranhão estão de

parabéns. "Tenho a certeza de que o retorno do esforço, dessa dedicação, virá em valores espirituais, a cada um e a todos vocês", falou, concluindo que somente se envelhece quando se perde a capacidade de aprender.

Transformação digital

O evento apresentou palestras de especialistas convidados e debates de magistrados em grupos temáticos de trabalho nas áreas cível, criminal e fazenda pública sobre o tema "Pandemia e os seus reflexos nos juizados especiais e outros desafios atuais". O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, fez a abertura da palestra, e a juíza Lavínia Coelho apresentou a ministra.

Além de defender um novo modelo de juizados, Nancy Andrighi comentou as críticas que recebeu por adotar o sistema 'skype' para atendimento junto aos advogados há mais de dez anos, no STJ.

"Fui intensamente criticada por adotar tal sistema. Eu sei que pretender realizar mudanças no seio da comunidade jurídica é algo que precisa de preparação psicológica, pois certamente surgirão obstáculos e será alvo de muitas críticas, mas me submeti e insisti na ousadia. É nosso dever e nossa obrigação acreditar que podemos recuperar o tempo perdido na evolução adequada da modernização do Poder Judiciário. E não se trata apenas de tecnologia, mas também passa pela mente e pelo coração de todos nós que integramos este glorioso poder", explicou.

Para Nancy, a transformação do Judiciário para o digital só é possível se aqueles que o integram não continuaram utilizando procedimentos arcaicos na hora de julgar. "Nessa jornada de perseverar nas ideias de modernização do Poder Judiciário, eu aprendi que tudo o que se faz com dedicação e altruísmo pela instituição que trabalhamos, o resultado um dia virá. E eu vivi para ver o resultado de minha ousadia em implantar este método de atendimento aos advogados."

"De forma absolutamente inesperada veio a pandemia e, com ela, a mudança profunda de determinados atos judiciais, como o atendimento aos advogados e a realização das sessões de julgamento. E hoje eu vejo, realizada e feliz, os ministros atendendo advogados via plataforma digital", destacou, frisando que este foi um benefício trazido pela pandemia.

No final da palestra, Paulo Velten comentou os pontos abordados pela ministra. "Fomos privilegiados em receber essa palestra. Nancy é uma juíza muito jovem porque traz exatamente essa juventude na sua alma, pela forma como aborda todos esses temas sempre com brilho nos olhos e muito entusiasmo. A ministra mostrou a todos uma visão inovadora, uma visão digital do Poder Judiciário que não é compatível com o comportamento analógico. A reforma tem que ser de atitude". Com informações da assessoria de comunicação da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Em evento, ministra Nancy Andrichi sugere novo modelo de juizados especiais

21 de junho de 2021, 11h33

A simplicidade e a oralidade, que marcaram a fundação dos juizados especiais, foram aos poucos se perdendo em meio a um formalismo crescente. Com isso, esse tipo de prestação jurisdicional se descaracterizou, e corre o risco de se tornar anacrônico, se não passar por uma transformação profunda.

Em linhas gerais, esse foi o raciocínio apresentado pela ministra Nancy Andrichi, do Superior Tribunal de Justiça, durante o Encontro Estadual dos Juizados Especiais, promovido na última quinta-feira (17/6) pela Corregedoria Geral da Justiça, com apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) e da Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

Nancy sugere um tipo de mecanismo totalmente local, criado pelo Poder Judiciário de cada Estado, atento às suas peculiaridades. "É hora de pensar e idealizar uma nova forma de julgar após a rica experiência adquirida nos juizados especiais. Quem sabe, um novo modelo de juizado, um novo procedimento que seja primoroso no atendimento dessa nova plêiade de conflitos e que auxilie, também, no desafogamento dos juizados especiais, que já mostram sinais de assoberbamento. Um juizado totalmente oral e simples, que não se aproxime sequer das sombras das regras contidas no Código de Processo Civil", disse.

Na visão da ministra, as formas processuais transformam a espera do cidadão em uma verdadeira 'via crucis', que morrem, não raras vezes, antes da conclusão do processo.

"Tenho ouvido, reiteradamente há algum tempo, críticas aos nossos juizados especiais no sentido de que está descaracterizada a sua especialidade e o procedimento sumaríssimo adotado pela Lei 9.099. O microsistema dos juizados foi impregnado pelos efeitos, reflexos e algumas idiosincrasias do Código de Processo Civil. E, assim procedendo, leva à desvalorização do próprio movimento que conduziu e justificou a sua criação", avaliou.

"A simplicidade e a informalidade, que deveriam pautar o procedimento sumaríssimo, foram aos poucos desaparecendo nas brumas inexoráveis do tecnicismo e formalismo que emanam do Código de Processo Civil."

Simplicidade e oralidade

A ministra enfatizou que o Poder Judiciário, em matéria de jurisdição, foi salvo pelo trabalho prestado pelos juizados especiais. "Mas é preciso estarmos atentos ao novo e diferenciado momento. Há algo para ser feito e o que proponho é convidá-los a uma reflexão. Há sim, um outro meio, menos complicado, mais avançado de prestar a jurisdição. Pensemos na oralidade e, acima de tudo, na simplicidade."

"Nós ainda não aprendemos, completamente, o que quer dizer oralidade e simplicidade, princípios que, me perdoem, não foram cumpridos com efetividade pelos juizados especiais. Transformação é a palavra que nos convoca", ponderou, convidando a fazer um projeto-piloto de uma Justiça verdadeiramente oral e simples.

Por fim, Nancy Andrichi ressaltou que os juízes que atuam nos juizados especiais no Maranhão estão de

parabéns. "Tenho a certeza de que o retorno do esforço, dessa dedicação, virá em valores espirituais, a cada um e a todos vocês", falou, concluindo que somente se envelhece quando se perde a capacidade de aprender.

Transformação digital

O evento apresentou palestras de especialistas convidados e debates de magistrados em grupos temáticos de trabalho nas áreas cível, criminal e fazenda pública sobre o tema "Pandemia e os seus reflexos nos juizados especiais e outros desafios atuais". O corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, fez a abertura da palestra, e a juíza Lavínia Coelho apresentou a ministra.

Além de defender um novo modelo de juizados, Nancy Andrighi comentou as críticas que recebeu por adotar o sistema 'skype' para atendimento junto aos advogados há mais de dez anos, no STJ.

"Fui intensamente criticada por adotar tal sistema. Eu sei que pretender realizar mudanças no seio da comunidade jurídica é algo que precisa de preparação psicológica, pois certamente surgirão obstáculos e será alvo de muitas críticas, mas me submeti e insisti na ousadia. É nosso dever e nossa obrigação acreditar que podemos recuperar o tempo perdido na evolução adequada da modernização do Poder Judiciário. E não se trata apenas de tecnologia, mas também passa pela mente e pelo coração de todos nós que integramos este glorioso poder", explicou.

Para Nancy, a transformação do Judiciário para o digital só é possível se aqueles que o integram não continuaram utilizando procedimentos arcaicos na hora de julgar. "Nessa jornada de perseverar nas ideias de modernização do Poder Judiciário, eu aprendi que tudo o que se faz com dedicação e altruísmo pela instituição que trabalhamos, o resultado um dia virá. E eu vivi para ver o resultado de minha ousadia em implantar este método de atendimento aos advogados."

"De forma absolutamente inesperada veio a pandemia e, com ela, a mudança profunda de determinados atos judiciais, como o atendimento aos advogados e a realização das sessões de julgamento. E hoje eu vejo, realizada e feliz, os ministros atendendo advogados via plataforma digital", destacou, frisando que este foi um benefício trazido pela pandemia.

No final da palestra, Paulo Velten comentou os pontos abordados pela ministra. "Fomos privilegiados em receber essa palestra. Nancy é uma juíza muito jovem porque traz exatamente essa juventude na sua alma, pela forma como aborda todos esses temas sempre com brilho nos olhos e muito entusiasmo. A ministra mostrou a todos uma visão inovadora, uma visão digital do Poder Judiciário que não é compatível com o comportamento analógico. A reforma tem que ser de atitude". Com informações da assessoria de comunicação da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandato eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para "a existência de uma organização criminosa".

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, "foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública".

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

Operação Laços de família denuncia políticos no Maranhão

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas

de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Fonte: O Maranhense

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandado eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para “a existência de uma organização criminosa”.

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira – atualmente vice-prefeito do município – e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, “foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública”.

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a

publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandado eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22 061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para "a existência de uma organização criminosa".

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, "foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública".

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandado eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

PUBLICIDADE

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para "a existência de uma organização criminosa".

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, "foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública".

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

MP denuncia Júnior Lourenço por desvio de dinheiro público

PUBLICADO 21/06/2021

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Após interferência do MP, Estado e Município fazem acordo para reforma do Mercado Central, em São Luís

PUBLICADO 21/06/2021

O projeto de reforma do Mercado Central, em São Luís, tema de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão, foi tema de um acordo homologado pela Justiça na última sexta-feira, 18.

A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís acolheu o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Estado do Maranhão, feito pela 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. No mesmo documento, foi homologada a transação feita entre o Ministério Público e o Município de São Luís.

A Ação do Ministério Público do Maranhão pedia que não fosse aprovado um projeto arquitetônico referente ao Mercado Central de São Luís e os seus respectivos projetos executivos, além de impedir as sua execução por qualquer ente público ou privado, sob pena de multa diária a ser determinada pelo Judiciário.

O pedido de extinção do processo em relação ao Executivo Estadual aconteceu porque o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura (DPHAP) emitiu parecer desfavorável ao projeto impugnado pelo MPMA. “Logo, antes mesmo da abertura de prazo para contestação, o Estado do Maranhão já havia atendido o pedido formulado na inicial e rejeitado o referido projeto”, explica o promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

A partir do processo de mediação realizado na Justiça, foi apresentado um novo projeto pelo escritório de arquitetura responsável, com a alteração de várias características, que recebeu parecer favorável do DPHAP. Esse projeto será executado pela Prefeitura de São Luís, conforme acordo firmado com o Ministério Público.

CÂMARA TENTA, SEM SUCESSO, EVITAR DEMISSÕES DETERMINADAS PELA JUSTIÇA

O presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Osmar Filho (PDT) tentou nesta sexta-feira, 18, em reunião na Vara de Interesses Difusos e Coletivos e São Luís, reverter a exigência de demissão de servidores da Casa não amparados pela Constituição de 1988.

Acompanhado dos ex-presidentes Chico Carvalho (PSL) e Astro de Ogum (PCdoB) - que assinou o acordo para regularização funcional na Câmara, ainda em 2018 - Osmar Filho esbarrou na postura irredutível do Ministério Público, que exige a demissão dos servidores.

Além de buscar melhor entendimento sobre o alcance da medida judicial, os vereadores apresentaram ao juiz Douglas de Melo Martins e à promotora Sidneya Liberato, pedido de prorrogação da medida, na tentativa de evitar as demissões, ao menos neste momento de pandemia.

Os vereadores reconhecem a legalidade da medida, mas argumentaram que o momento é difícil para toda a sociedade, diante da crise provocada pelo coronavírus.

A promotora deixou claro que a situação não tem como ser mais remediada por que, além de se arrastar por anos, afrontando a Constituição Federal, também é fruto de um acordo celebrado em 2018 e já transitado em julgado.

O juiz Douglas Martins também disse que a decisão - proferida pelo juiz auxiliar Cristiano Simas de Sousa, em 28 de maio - não seria revertida.

Também participaram do encontro o vereador Octávio Soeiro (Podemos) e o procurador-geral da Câmara Municipal, Vitor Cardoso.

MP-MA interdita diversos estabelecimentos em Timon e Teresina-PI

Os locais pertencem a pessoas presas na primeira etapa da Operação Mormaço, realizada no dia 10 de junho, que teve o objetivo de desarticular uma facção com atuação interestadual que tinha um sistema de lavagem de dinheiro.

Foram interditadas as arenas Alto da Cruz, Placar e Terceiro Tempo, localizadas em Timon, além da loja Modelo Veículos, em Teresina. / Foto: Divulgação/MP-MA.

TIMON - No último 16 de junho, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão interditou diversos estabelecimentos na cidade de Timon, no Maranhão, e Teresina no Piauí. Os locais pertencem a pessoas presas na primeira etapa da Operação Mormaço, realizada no dia 10 de junho, que teve o objetivo de desarticular uma facção com atuação interestadual que tinha um sistema de lavagem de dinheiro.

Foram interditadas as arenas Alto da Cruz, Placar e Terceiro Tempo, localizadas em Timon, além da loja Modelo Veículos, em Teresina.

Foto: Divulgação/MP-MA.

A ação contou com a parceria do Gaeco do Piauí, Polícia Civil do Maranhão e Instituto de Criminalística de Timon (Icrim). As interdições cumpriram decisões da Justiça proferidas a pedido do Ministério Público do Maranhão, em um desdobramento da Operação Mormaço.

Operação Mormaço

O objetivo da operação foi desarticular uma facção com atuação interestadual. Foram alvos pessoas físicas e jurídicas em Teresina (Piauí), Timon e Caxias, no Maranhão.

Iniciadas há cerca de um ano, as investigações mostraram que a organização criminosa tem um sistema de lavagem de dinheiro sofisticado, com a utilização de empresas para o escoamento dos valores resultantes de negócios com drogas ilícitas, armas de fogo, veículos e peças de automóveis, além de outras atividades.

Por meio de alguns investigados e de pessoas ligadas a eles, o dinheiro era aplicado em agências de veículos, arenas esportivas e aquisição de imóveis, além de outros segmentos empresariais. Essa manobra financeira tinha a clara intenção de dificultar o rastreamento dos valores.

Após Representação formulada pelo Gaeco maranhense, a 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís-MA, que atua no processamento e julgamento dos crimes de organizações criminosas, determinou o sequestro de bens móveis e imóveis avaliados em aproximadamente R\$ 8 milhões, além de bloqueio de ativos financeiros diversos. Ainda conforme as investigações foi possível detectar movimentações de ativos dos investigados que chegaram próximo aos R\$ 90 milhões.

Em meados de 2020, o Gaeco do MP-MA remeteu informações à Superintendência da Polícia Federal em Teresina, repassando a notícia de que traficantes estariam solicitando autorizações de registros de arma de fogo na capital piauiense.

A partir daí, a Superintendência Regional do Piauí desencadeou a operação Integração I, com o Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas do Maranhão, em 9 de setembro do mesmo ano.

Em seguida, os dados colhidos foram compartilhados com a Superintendência da Polícia Federal maranhense, viabilizando a atividade de hoje, enquanto coube ao GAECO-MA deflagrar a operação Mormaço, atingindo em cheio o patrimônio da organização criminosa.

A Operação Mormaço contou com a participação de seis promotores de justiça do Maranhão (sendo cinco do Gaeco), dois promotores de justiça do Piauí (do Gaeco) e 14 servidores do MPMA, além de 84 policiais civis e seis peritos do Icrim.

Acordo é firmado para reforma do Mercado Central de São Luís

Acordo foi motivado por uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA).

Acordo é firmado para reforma do Mercado Central de São Luís

Mercado Central fica localizado no Centro de São Luís. (Foto: Paulo Soares / O ESTADO)

SÃO LUÍS - O projeto de reforma do Mercado Central, em São Luís foi tema de um acordo homologado pela Justiça na última sexta-feira (18). O acordo foi motivado por uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA).

A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís acolheu o pedido de extinção do processo, sem resolução do mérito, em relação ao Estado do Maranhão, feito pela 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. No mesmo documento, foi homologada a transação feita entre o Ministério Público e o Município de São Luís.

No direito, a transação é um negócio jurídico pelo qual os sujeitos de uma obrigação decidem extingui-la mediante concessões recíprocas, para prevenir ou pôr fim ao combinado.

A Ação do MP-MA pedia que não fosse aprovado um projeto arquitetônico referente ao Mercado Central de São Luís e os seus respectivos projetos executivos, além de impedir as sua execução por qualquer ente público ou privado, sob pena de multa diária a ser determinada pelo Judiciário.

O pedido de extinção do processo em relação ao Executivo Estadual aconteceu porque o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura (DPHAP) emitiu parecer desfavorável ao projeto impugnado pelo MP-MA. "Logo, antes mesmo da abertura de prazo para contestação, o Estado do Maranhão já havia atendido o pedido formulado na inicial e rejeitado o referido projeto", explica o promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

A partir do processo de mediação realizado na Justiça, foi apresentado um novo projeto pelo escritório de arquitetura responsável, com a alteração de várias características, que recebeu parecer favorável do DPHAP. Esse projeto será executado pela Prefeitura de São Luís, conforme acordo firmado com o Ministério Público.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

Estadão Conteúdo

21/06/21 - 13h33

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

+ Câmera flagra vulto rondando berço de crianças

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandato eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para “a existência de uma organização criminosa”.

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Concordo com as práticas descritas na política de privacidade

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, “foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública”.

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

MP denuncia Júnior Lourenço por desvio de dinheiro público

Ministério Público ofereceu a denúncia pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa o parlamentar, um ex-prefeito e outras 23 pessoas

21/06/2021 às 09h03

MP denuncia Júnior Lourenço por desvio de dinheiro público

Júnior Lourenço foi alvo de operação do Gaeco em abril deste ano (Divulgação)

São Luís - O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal Júnior Lourenço (PL), um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) em abril deste ano. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de mais de R\$ 22 milhões como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas são denunciadas pelo MPMA

A denúncia teve como base a Operação Laços de Família

Fonte: Da redação com MPMA

Data de publicação: 21/06/2021

Foto: Reprodução

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysso Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de

Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Justiça homologa acordo para reforma do Mercado Central em São Luís

Foi apresentado um novo projeto pelo escritório de arquitetura responsável, com a alteração de várias características.

Justiça homologa acordo para reforma do Mercado Central em São Luís (Foto: Gilson Ferreira)

O projeto de reforma do Mercado Central, em São Luís, tema de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão, foi tema de um acordo homologado pela Justiça na última sexta-feira, 18.

A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís acolheu o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Estado do Maranhão, feito pela 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. No mesmo documento, foi homologada a transação feita entre o Ministério Público e o Município de São Luís.

A Ação do Ministério Público do Maranhão pedia que não fosse aprovado um projeto arquitetônico referente ao Mercado Central de São Luís e os seus respectivos projetos executivos, além de impedir as sua execução por qualquer ente público ou privado, sob pena de multa diária a ser determinada pelo Judiciário.

O pedido de extinção do processo em relação ao Executivo Estadual aconteceu porque o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura (DPHAP) emitiu parecer desfavorável ao projeto impugnado pelo MPMA. “Logo, antes mesmo da abertura de prazo para contestação, o Estado do Maranhão já havia atendido o pedido formulado na inicial e rejeitado o referido projeto”, explica o promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

A partir do processo de mediação realizado na Justiça, foi apresentado um novo projeto pelo escritório de arquitetura responsável, com a alteração de várias características, que recebeu parecer favorável do DPHAP. Esse projeto será executado pela Prefeitura de São Luís, conforme acordo firmado com o Ministério Público.

MPMA PROTOCOLA DENÚNCIA CONTRA DEPUTADO FEDERAL, EX-PREFEITO E MAIS 23 PESSOAS

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas

de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

PorEstadão ConteúdoPublicado em 21 de junho de 2021portalmixvalegoogle

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandado eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para “a existência de uma organização criminosa”.

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, “foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública”.

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

Promotoria do Maranhão imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 24 por desvios em prefeitura e pede R\$ 22 milhões de reparação

Ministério Público do Maranhão denunciou Júnior Lourenço por supostos crimes cometidos entre 2009 e 2016, quando era prefeito de Miranda do Norte, município situado a cerca de 140 km de São Luís. O deputado Júnior Lourenço. Foto: Câmara dos Deputados

O Ministério Público do Maranhão denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandato eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para 'a existência de uma organização criminosa'.

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, 'foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a

Administração Pública'.

COM A PALAVRA, O DEPUTADO JÚNIOR LOURENÇO

A reportagem entrou em contato com o parlamentar por email. O espaço está aberto para manifestações.

Soldado acusado de matar ex-companheira é reintegrado ao quadro da PM

Carlos Eduardo Nunes Pereira tinha sido expulso da Polícia Militar em abril.

Carlos Eduardo Nunes assassinou a tiros a ex-mulher Bruna Lícia Fonseca Pereira e o amigo dela José Willian dos Santos Silva. (Foto: Divulgação)

Por: Da Redação

21 de Junho de 2021

O soldado Carlos Eduardo Nunes Pereira, acusado de matar a ex-mulher Bruna Lícia Fonseca Pereira e o amigo dela José Willian dos Santos Silva, em janeiro de 2020 será reintegrado aos quadros da Polícia Militar do Maranhão. O Ato foi publicado no Diário Oficial da União.

O soldado, que continua preso, havia sido expulso da Polícia Militar também em um Ato publicado pelo Diário Oficial da União em abril deste ano. A decisão de reintegrá-lo aos quadros da PMMA é do juiz Nelson Melo De Moraes Rêgo, Titular da Auditoria da Justiça Militar do Maranhão.

“Concedo liminarmente a tutela de urgência de forma antecipada, nos termos da fundamentação supra e do artigo 300, § 2º, do Código de Processo Civil, para determinar: a) a suspensão da Sindicância nº 007/2020 – DP/3, até o trânsito em julgado da Ação Penal nº 904-66.2020.810.0001 (8742020) em tramitação na 4ª Vara do Tribunal do Júri do Termo Judiciário de São Luís, bem como a imediata suspensão do ato constante na solução da referida sindicância que determinou a licença imediata do autor afastando-o da Corporação; b) a abstenção pela PMMA de instaurar novo processo administrativo para apuração de transgressão disciplinar referentes aos mesmos fatos objetos da sobredita Ação Penal, até o trânsito em julgado desta, sob pena de multa diária no valor de 1.000 (um mil reais) em caso de descumprimento da ordem liminar”, decidiu o juiz.

O crime

O policial militar Carlos Eduardo Nunes assassinou a tiros a ex-mulher Bruna Lícia Fonseca Pereira e o amigo dela José Willian dos Santos Silva, por um suposto relacionamento amoroso entre os dois. O crime aconteceu no dia 25 de janeiro de 2020, no apartamento de Bruna Lícia, no bairro Vicente Fialho, em São Luís.

A mulher foi atingida com dois tiros sendo um no seio e outro no abdômen, enquanto José Willian levou cerca de quatro tiros. Após o crime, o soldado se entregou à polícia e foi levado para a Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), na Beira Mar.

CGJ-MA revoga Provimento de teor regulado pelo Código de Processo Civil

21/06/2021 22:09:00

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) revogou o Provimento 15, de 19 de março de 2019, que tratava sobre o direito dos advogados de examinar processos e procedimentos físicos ou eletrônicos sem procuração nos autos em balcão de Secretaria Judicial e de obter cópias de atos e documentos dos autos. A revogação considerou que esse direito já se encontra totalmente regulado pelos artigos 107 e 189, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015.

No artigo 107, inciso um, o CPP diz, expressamente, que o advogado tem direito a "examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, *mesmo sem procuração*, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação, assegurados a obtenção de cópias e o registro de anotações, salvo na hipótese de segredo de justiça, nas quais apenas o advogado constituído terá acesso aos autos".

Já o artigo 189, parágrafo primeiro, estabelece que os atos processuais são públicos, lista os tipos de processos que tramitam em segredo de justiça os processos, estabelecendo que "o direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores".

A medida também considerou, ainda, uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (PCA nº 0002010-80.2019.2.00.0000), que determinou a extinção do artigo 2º, § 2º, do Provimento CGJMA nº 15/2019.

O Provimento nº 27/2021, assinado no dia 16 de junho, pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, substitui o Provimento revogado (nº 15/2019) e entra em vigor na data da sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

Primeiro casamento comunitário 100% virtual celebra união de 205 casais em Imperatriz

Mais de 200 casais de Imperatriz se juntaram aos milhares já beneficiados pelo Projeto “Casamentos Comunitários”, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça do Poder Judiciário do Maranhão, gratuitamente. Desta vez, a cerimônia aconteceu de forma virtual.

Na primeira edição virtual da história de 23 anos do projeto, 310 casais atenderam ao convite da direção do Fórum se inscreveram no evento, mas 206 chegaram à reta final, apresentando a documentação exigida no prazo determinado para habilitação no processo. Na hora da cerimônia, apenas três casais desistiram e 205 estavam conectados no momento da celebração comunitária de união civil, que durou cerca de duas horas. A conexão entre os casais e os juízes se deu por meio de sete salas virtuais, com 30 nubentes cada. A maioria dos noivos preferiu participar de casa, ao lado dos familiares mais próximos. Dois casais preferiram comparecer ao fórum, localizado no centro da cidade: Wisley dos Santos e Ana Célia Nascimento; e Rodolpho Rodrigues e Sara da Conceição. O casal Leomar Alves Pereira e Clerismar da Conceição Alves optou pela sede do quartel do 50º Batalhão de Infantaria e Selva (50 BIS), onde eram realizadas as cerimônias presenciais antes da epidemia.

CELEBRAÇÃO VIRTUAL

O procedimento de habilitação dos casais para participar do projeto foi realizado em conjunto com o 1º e o 2º cartório extrajudicial de Imperatriz. E a cerimônia foi ambientada em um cenário especial, criado para a ocasião, com telão gigante de projeção da celebração comunitária em tempo real, onde ficaram os juízes de direito das comarcas do interior.

Os casamentos foram celebrados pelos juízes de Imperatriz, Ana Beatriz Jorge (1ª Vara da Família), diretora do fórum - coordenadora; Adolfo Pires da Fonseca (2ª Vara da Família), Íris Danielle de Araújo Santos (3ª Vara da Família), Delvan Tavares Oliveira (Vara da Infância e Juventude), Eilson Santos da Silva (2ª Vara Cível) e Glender Malheiros Guimarães (1ª Vara de João Lisboa). O juiz Ferdinando Serejo (coordenador do laboratório de inovação ToadaLab), participou direto de São Luís.

Participaram da solenidade virtual os desembargadores Paulo Velten, corregedor-geral da Justiça; o desembargador Jorge Rachid, fundador do Projeto “Casamentos Comunitários”; Jaime Araújo; Francisca Galiza; juiz Gilson Ramalho (TRE-MA); presidente da ANDES, desembargador Marcelo Buhaten (TJRJ); presidenta da OAB local, Márcia Cavalcante. Também estavam presentes o governador do Estado, Flávio Dino; o senador Roberto Rocha; deputados federais Aluísio Mendes e Josivaldo JP e deputado estadual Marco Aurélio. O evento contou com o apoio do Ministério Público de Imperatriz e envolveu uma equipe de 25 servidores da diretoria administrativa, secretarias judiciais e departamento de tecnologia da informação do Fórum de Imperatriz. Todos os preparativos e detalhes da cerimônia foram combinados entre os juízes, servidores e noivos por meio de grupos de mensagens no whatsapp, para que tudo funcionasse de forma remota. Após a celebração, os recém-casados postaram mensagens de agradecimento nos grupos, elogiando a organização e o atendimento que receberam.

A entrega das certidões de casamento está sendo feita por agendamento, pelos cartórios do 1º e 2º ofício da

cidade. Os casais que precisaram do documento para justificar a falta ao trabalho foram os primeiros a solicitar atendimento e já estão de posse do documento.

TOADALAB

De forma inédita, o Laboratório de Inovação “ToadaLab”, do Poder Judiciário facilitou a inscrição dos casais a distância, e o cumprimento das exigências do protocolo de habilitação extrajudicial. O laboratório criou uma solução para que as inscrições fossem feitas, inteiramente, de modo virtual, intuitivo e automatizado, por meio de aparelhos móveis conectados à internet, evitando deslocamentos e aglomerações durante a pandemia de coronavírus.

PINDARÉ- MIRIM - A pedido do MPMA, Justiça obriga Estado a reformar escola

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça condenou o Estado do Maranhão a realizar a reforma do Centro de Ensino João Cardoso Campos, localizado em Pindaré-Mirim. A sentença judicial, assinada no dia 14 de junho, determina que os serviços sejam realizados num prazo de 60 dias.

Caso a obra não seja finalizada no prazo estabelecido, foi determinado o bloqueio judicial de recursos do Tesouro Estadual no valor de R\$ 500 mil para garantir a recuperação da escola. Além do bloqueio, na hipótese de descumprimento da decisão no prazo fixado, será aplicada também multa contra o Poder Executivo estadual no valor de R\$ 10 mil por dia.

A Ação Civil Pública que gerou a sentença foi ajuizada pelo titular da Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim, Cláudio Borges dos Santos. O juiz João Vinícius Aguiar dos Santos proferiu a decisão.

Na ação, o membro do Ministério Público esclareceu que, após procedimento administrativo instaurado em junho de 2017 para apurar denúncias de estudantes sobre as precárias condições da escola, uma vistoria efetuada no Centro de Ensino constatou uma série de problemas estruturais.

Ausência de forro no prédio (retirado em razão da presença de fezes de morcegos), carteiras escolares antigas e deterioradas, ausência de ventiladores, de laboratório de informática, necessidade de segurança na escola; inutilização da quadra de esportes - que se encontra coberta por um matagal, muro baixo do prédio, constante presença de fezes de pássaros nas dependências do Centro de Ensino foram alguns dos principais problemas detectados.

"O pleno descaso da administração estadual com os estudantes do Centro de Ensino João Cardoso Campos resta evidenciado, com representação de discentes, informações da própria direção da escola e ausência de medidas práticas mesmo após ter sido oficiada inúmeras vezes por este órgão ministerial", argumentou o promotor de justiça quando ajuizou a Ação Civil, em agosto de 2020.

No processo, o Estado do Maranhão não negou a necessidade das reformas a serem realizadas, porém sustentou que vem promovendo os reparos de acordo com o orçamento e na medida do possível, não podendo o Judiciário interferir nas políticas públicas, sob pena de atingir a independência entre os poderes.

Ao se manifestar na sentença, o juiz de Pindaré-Mirim invocou o princípio da prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente, estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal e especificado no artigo 4º, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90. O magistrado enfatizou que "a realização de qualquer política pública direcionada à infância e adolescência independe de previsão orçamentária, já que a Constituição Federal, ao assentar, de forma cogente, que os direitos das crianças e adolescentes devem ser tratados com prioridade,

afasta a alegação de carência de recursos financeiros como justificativa para a omissão do Poder Público, quer na esfera federal, estadual ou municipal".

TJMA homenageia personalidades jurídicas com nomes de Fóruns

20/06/2021 23:01:00

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na 9ª sessão plenária administrativa ordinária, na última quarta-feira (16), proferiram a decisão que denominou o edifício do Fórum da Comarca de Chapadinha, como "Desembargadora Judith de Oliveira Pacheco", em homenagem à desembargadora Judith de Oliveira Pacheco (in memoriam), primeira juíza a ascender à Corte de Justiça Maranhense, em 30 de novembro de 1976.

Reconhecida por seus méritos e dedicação à causa da Justiça, a magistrada também dá nome à creche mantida pelo Poder Judiciário.

Formada em Direito, Judith de Oliveira Pacheco foi a primeira mulher aprovada em concurso público para o cargo de Juíza de Direito no Estado, uma das poucas em todo o Brasil naquele período. Atuou nas Comarcas de Carolina, Tutóia, Icatu, Humberto de Campos, Buriti, Araiões, Bacabal, Pinheiro, Caxias e São Luís.

Sua destacada atuação como juíza a levou a quebrar barreiras nacionais, sendo a primeira mulher a compor um tribunal regional eleitoral em todo país, em 28 de fevereiro 1969, oportunidade em que também foi a primeira a ocupar a cadeira de Corregedora Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), no período de fevereiro de 1970 a março de 1973.

PIO XII

Na 7ª sessão plenária administrativa do TJMA (Art. 1º, da Resolução GP 362021) do dia 19 de maio de 2021, foi proferida a decisão que denominou o edifício do Fórum da Comarca de Pio XII, como "Desembargador José de Ribamar Andrade", em homenagem ao desembargador José de Ribamar Andrade (in memoriam).

Localizada a 264 km de São Luís, a comarca de Pio XII foi instalada em 2004 e fica localizada na Rua Juscelino Kubitschek, nº 1084, no Centro.

A merecida homenagem é parte do reconhecimento da Corte estadual de Justiça pela importante contribuição da desembargadora Judith de Oliveira Pacheco e do desembargador José de Ribamar Andrade ao Judiciário Maranhense. A iniciativa permitirá que seus nomes ecoem e se perpetuem na trajetória da Justiça maranhense.

TJMA homenageia personalidades jurídicas com nomes de Fóruns

20/06/2021 23:01:00

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na 9ª sessão plenária administrativa ordinária, na última quarta-feira (16), proferiram a decisão que denominou o edifício do Fórum da Comarca de Chapadinha, como "Desembargadora Judith de Oliveira Pacheco", em homenagem à desembargadora Judith de Oliveira Pacheco (in memoriam), primeira juíza a ascender à Corte de Justiça Maranhense, em 30 de novembro de 1976.

Reconhecida por seus méritos e dedicação à causa da Justiça, a magistrada também dá nome à creche mantida pelo Poder Judiciário.

Formada em Direito, Judith de Oliveira Pacheco foi a primeira mulher aprovada em concurso público para o cargo de Juíza de Direito no Estado, uma das poucas em todo o Brasil naquele período. Atuou nas Comarcas de Carolina, Tutóia, Icatu, Humberto de Campos, Buriti, Araiões, Bacabal, Pinheiro, Caxias e São Luís.

Sua destacada atuação como juíza a levou a quebrar barreiras nacionais, sendo a primeira mulher a compor um tribunal regional eleitoral em todo país, em 28 de fevereiro 1969, oportunidade em que também foi a primeira a ocupar a cadeira de Corregedora Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), no período de fevereiro de 1970 a março de 1973.

PIO XII

Na 7ª sessão plenária administrativa do TJMA (Art. 1º, da Resolução GP 362021) do dia 19 de maio de 2021, foi proferida a decisão que denominou o edifício do Fórum da Comarca de Pio XII, como "Desembargador José de Ribamar Andrade", em homenagem ao desembargador José de Ribamar Andrade (in memoriam).

Localizada a 264 km de São Luís, a comarca de Pio XII foi instalada em 2004 e fica localizada na Rua Juscelino Kubistschek, nº 1084, no Centro.

A merecida homenagem é parte do reconhecimento da Corte estadual de Justiça pela importante contribuição da desembargadora Judith de Oliveira Pacheco e do desembargador José de Ribamar Andrade ao Judiciário Maranhense. A iniciativa permitirá que seus nomes ecoem e se perpetuem na trajetória da Justiça maranhense.

TJMA em luto pelas 500 mil mortes pela Covid-19 no Brasil

21/06/2021 06:28:31

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, lamentou as 500 mil mortes causadas pela Covid-19 no Brasil e decretou luto oficial por três dias, além de autorizar a colocação de duas faixas pretas de pesar nas fachadas laterais do prédio-sede do TJMA, na praça Pedro II, no Centro Histórico de São Luís.

"As duas faixas pretas colocadas na fachada do prédio do Tribunal de Justiça mostram nossa solidariedade às famílias enlutadas. São 500 mil brasileiros que sucumbiram sob o vírus da Covid-19", disse o desembargador Lourival Serejo, expressando sua gratidão aos profissionais de saúde que estão na linha de frente contra a Covid-19.

O número de 500 mil vidas perdidas pela Covid-19 foi registrado num levantamento do consórcio de mídia formado por veículos de comunicação, incluindo jornais e emissoras de TV.

O triste registro chega no pior momento da pandemia. O Brasil está hoje entre os países do mundo com mais mortes e mais casos de Covid-19.

PagSeguro é condenada por não repassar pagamento a usuária dentro do prazo

A PagSeguro Internet Ltda foi condenada a indenizar moralmente uma usuária de seus serviços. O motivo, conforme sentença proferida pelo 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís, foi o atraso de quase seis meses de repasse do pagamento de um boleto a uma usuária. A demandada foi condenada a pagar R\$ 1.500,00, a título de danos morais, à parte autora. Na ação, a mulher alegou ser usuária dos serviços prestados pela requerida, acrescentando que atua no ramo de condicionamento físico, sendo que no dia 20 de maio de 2020 um cliente efetuou o pagamento de um boleto no valor de R\$600,00 através do PagSeguro, cuja quantia deveria ter sido disponibilizada no prazo de 48 horas.

Segue relatando que o pagamento não foi repassado, fato esse que teria lhe causado prejuízos e transtornos. Ainda, explica que tentou por diversas vezes solucionar a questão pela via administrativa, mas não obteve êxito. Foi realizada uma audiência de conciliação, mas as partes não chegaram a um acordo, pois a requerida contestou perda do objeto, na medida em que o valor em questão fora compensado no sistema da Pagseguro, acrescentando que atuou como mero intermediário no pagamento, tendo em seguida liberado o crédito na conta da autora, a qual realizou posteriormente a transferência para sua conta, na data de 2 de novembro de 2020.

"De início, cumpre observar que a demandante pleiteava não apenas o recebimento do valor de R\$600,00 a título de dano material, mas também a reparação dos danos morais que afirma ter sofrido, não havendo que se falar, portanto, em ausência de interesse de agir por perda do objeto (...) Passando ao mérito, tem-se que no caso em tela o ônus da prova deverá seguir a regra de artigo do Código de Processo Civil, cabendo à demandante fazer prova dos fatos constitutivos do seu direito, na medida em que a relação entre as partes é cível, e não de consumo", destaca a sentença.

DEMORA NA LIBERAÇÃO DO VALOR

Para a Justiça, a documentação apresentada pela autora é suficiente à comprovação de que houve, de fato, a falha na prestação de serviço apontada na ação. "Notadamente, percebe-se a demora excessiva e injustificada na disponibilização do crédito que era devido à autora, cuja transação ocorreu desde o mês de maio de 2020, ao passo que a liberação do valor somente ocorreu em novembro do mesmo ano, ou seja, seis meses após a operação que gerou o crédito pertencente à demandante (...) Com isso, vislumbra-se que os pedidos da autora merecem ser deferidos em parte, pois em relação ao pleito de reparação por danos materiais, este resta prejudicado em virtude do pagamento já efetuado pela requerida após o ingresso da presente ação", enfatiza.

Por fim, decide: "Constatado o dano moral, a sua reparação deve ser fixada em quantia que de fato compense a dor ou sofrimento suportado pela vítima, a ser arbitrada pelo juiz, observadas as circunstâncias de cada caso concreto, levando em conta as condições financeiras do causador do dano e das vítimas, não sendo exorbitante para que não cause enriquecimento sem causa justa, nem tão módica para que faça o autor da ofensa ser estimulado à prática de novos eventos danosos".

Operação Laços de Família - MPMA protocola denúncia contra deputado federal, ex-prefeito e mais 23 pessoas

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

Redação: CCOM-MPMA

MPMA, Estado e Município fazem acordo para reforma do Mercado Central

O projeto de reforma do Mercado Central, em São Luís, tema de uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão, foi tema de um acordo homologado pela Justiça na última sexta-feira, 18.

A sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís acolheu o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Estado do Maranhão, feito pela 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís. No mesmo documento, foi homologada a transação feita entre o Ministério Público e o Município de São Luís.

A Ação do Ministério Público do Maranhão pedia que não fosse aprovado um projeto arquitetônico referente ao Mercado Central de São Luís e os seus respectivos projetos executivos, além de impedir as sua execução por qualquer ente público ou privado, sob pena de multa diária a ser determinada pelo Judiciário.

O pedido de extinção do processo em relação ao Executivo Estadual aconteceu porque o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura (DPHAP) emitiu parecer desfavorável ao projeto impugnado pelo MPMA. "Logo, antes mesmo da abertura de prazo para contestação, o Estado do Maranhão já havia atendido o pedido formulado na inicial e rejeitado o referido projeto", explica o promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior.

A partir do processo de mediação realizado na Justiça, foi apresentado um novo projeto pelo escritório de arquitetura responsável, com a alteração de várias características, que recebeu parecer favorável do DPHAP. Esse projeto será executado pela Prefeitura de São Luís, conforme acordo firmado com o Ministério Público..

MP denuncia Júnior Lourenço, ex-prefeito Negão e mais 23 pessoas por fraude em licitações

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val

Publicado em 21/06/21

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandato eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MP-MA denuncia deputado Júnior Lourenço e outros 24 por fraudes em prefeitura

Identificou esquema de desvio de dinheiro em Miranda do Norte; Ex-prefeitos, empresários e servidores também foram denunciados

Deputado Júnior Lourenço teria participado de esquema de desvio de dinheiro quando era prefeito, segundo o MPCâmara dos Deputados

O MP-MA (Ministério Público do Maranhão) denunciou o deputado Júnior Lourenço (PL-MA) e outras 24 pessoas por fraude em licitação, peculato e organização criminosa envolvendo a prefeitura de Miranda do Norte, no Maranhão. O pedido foi encaminhado ao juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, da 1ª Vara Criminal de São Luís.

Além do deputado, que é ex-prefeito da cidade, foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, também ex-prefeito de Miranda do Norte, os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e outras 20 pessoas, incluindo servidores e secretários da prefeitura.

Receba a newsletter do Poder360
todos os dias no seu e-mail
seu e-mail

O MP pede o pagamento de R\$ 22 milhões como reparação aos cofres públicos e a perda dos cargos e do mandato dos envolvidos.

De acordo com os promotores, foram identificados esquemas de desvio de dinheiro na Prefeitura de Miranda do Norte, durante as gestões de Lourenço (2009-2016) e de Belfort (2017-2020). A investigação começou depois de denúncia do TCU (Tribunal de Contas da União).

O deputado Júnior Lourenço foi um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

“Desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública”, diz um trecho da denúncia.

O Poder360 não conseguiu contato com o deputado Júnior Lourenço. O espaço segue aberto para manifestação.

MP-MA denuncia deputado Júnior Lourenço e outros 24 por fraudes em prefeitura

O MP-MA (Ministério Público do Maranhão) denunciou o deputado Júnior Lourenço (PL-MA) e outras 24 pessoas por fraude em licitação, peculato e organização criminosa envolvendo a prefeitura de Miranda do Norte, no Maranhão. O pedido foi encaminhado ao juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, da 1ª Vara Criminal de São Luís. Além do deputado, que é ex-prefeito da cidade, foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, também ex-prefeito de Miranda do Norte, os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e outras 20 pessoas, incluindo servidores e secretários da prefeitura. O MP pede o pagamento de R\$ 22 milhões como reparação aos cofres públicos e a perda dos cargos e do mandato dos envolvidos. De acordo com os promotores, foram identificados esquemas de desvio de dinheiro na Prefeitura de Miranda do Norte, durante as gestões de Lourenço (2009-2016) e de Belfort (2017-2020). A

Continue lendo no Poder 360.

MP protocola denúncia contra o deputado Júnior Lourenço, ex-prefeito de Miranda e mais 23 pessoas

A Promotoria requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo.

Por: PORTAL JG

Data de publicação: 21/06/2021 11h48

Deputado denunciado pelo MP é simpatizante do Presidente Jair Bolsonaro

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, na última sexta-feira, 18, denúncia contra o deputado federal José Lourenço Bomfim Júnior, conhecido como Júnior Lourenço, um dos alvos da Operação Laços de Família, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) no dia 15 de abril. Na ocasião, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim.

Operação do Gaeco ocorreu em abril deste ano

Com base nos elementos e provas coletados, o Ministério Público do Maranhão requer que seja autuada a denúncia e proferida sentença condenatória pelos crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa, com perda de cargo ou mandado eletivo dos denunciados, além de pagamento do valor de R\$ 22.061.477,53 como forma de reparação dos danos ao erário.

Além de Júnior Lourenço, também foram denunciados Carlos Eduardo Fonseca Belfort, conhecido como Negão, ex-prefeito de Miranda do Norte; os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, inclusive pessoas que ocupavam cargos na prefeitura até o período atual e que foram afastadas do exercício de suas funções por deferimento de medida cautelar.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União (TCU), foram identificados desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, no período de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort. O mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município no período de 2009 a 2016, apontando para a existência de uma organização criminosa.

A denúncia foi assinada pelos promotores de justiça Luís Samarone Batalha Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite e Fernando Antonio Berniz Aragão, integrantes do Gaeco; e Marco Aurélio Ramos Fonseca, que responde atualmente pelas 1ª e 2ª Promotorias Criminais do Termo Judiciário de São Luís.

De acordo com o documento, encaminhado ao titular da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís, as investigações apontam a existência de três núcleos de agentes classificados com base na atuação de cada um: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está presente no município de Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça

Mendes, além de outros servidores da prefeitura de Miranda do Norte, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a denúncia, desde 2009, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandado eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para "a existência de uma organização criminosa".

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, "foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública".

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

Escrito por Da Redação Publicado em 21.06.2021, 13:33:00 Editado em 21.06.2021, 13:48:00 Associe sua marca ao jornalismo sério e de credibilidade, anuncie no TNOnline. CONTINUA APÓS PUBLICIDADE

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandato eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções. CONTINUA APÓS PUBLICIDADE

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para "a existência de uma organização criminosa".

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, "foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública". CONTINUA APÓS PUBLICIDADE

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

Por Agencia Estado
21 de junho de 2021

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa em razão de supostos a gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandado eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para “a existência de uma organização criminosa”.

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, “foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública”.

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.

Autor: Pepita Ortega e Fausto Macedo

Copyright © 2021 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

MP-MA imputa peculato e organização criminosa a deputado federal e mais 23

Ministério Público denuncia deputado federal, ex-prefeito e outras 23 pessoas no âmbito da Operação Laços de Família, que apura crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa no município de Miranda do Norte - Divulgação/MPMA

Ministério Público denuncia deputado federal, ex-prefeito e outras 23 pessoas no âmbito da Operação Laços de Família, que apura crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa no município de Miranda do Norte

Imagem: Divulgação/MPMA

Pepita Ortega e Fausto Macedo

São Paulo

21/06/2021 13h33Atualizada em 21/06/2021 14h43

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) denunciou o deputado federal Júnior Lourenço (PL-MA), o ex-prefeito de Miranda do Norte Carlos Eduardo Fonseca Belfort e mais 23 pessoas por crimes de fraude em procedimento licitatório, peculato e organização criminosa na gestão do município situado a cerca de 140 km de São Luís. De acordo com a Promotoria, as fraudes se deram entre 2009 e 2020 e foram investigadas na Operação Laços de Família.

As apurações do caso levaram à uma fase ostensiva que cumpriu 32 mandados de busca e apreensão em São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Miranda do Norte e Bom Jardim no dia 15 de abril deste ano. Júnior Lourenço foi um dos alvos da ofensiva. As informações foram divulgadas pelo MP-MA.

RELACIONADAS

'Militares garantem a liberdade', diz Bolsonaro em evento na Aeronáutica

Freixo anuncia ato de filiação ao PSB com Dino nesta terça-feira em Brasília

Oposição discute ampliar atos contra governo Bolsonaro

Além das condenações dos acusados, com perda de cargo ou mandado eletivo, o Ministério Público maranhense pede pagamento de R\$ 22.061.477,53 como reparação dos danos ao erário.

Entre os demais denunciados estão os empresários Tiago Val Quintan Pinto Frazão, Bruno Val Quintan de Menezes, Paulo Ricardo Nogueira Ayres Val Quintan e mais 20 pessoas, algumas ocupantes de cargos na prefeitura que foram afastados de suas funções.

As investigações foram iniciadas a partir de denúncia do Tribunal de Contas da União e identificaram desvios de

recursos na Prefeitura de Miranda do Norte, de 2017 a 2020, durante a gestão do ex-prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, diz a Promotoria. O MP diz ainda que o mesmo esquema teria sido usado pelo também ex-prefeito e atual deputado federal Júnior Lourenço, que esteve à frente da gestão do município entre 2009 e 2016, apontando para "a existência de uma organização criminosa".

A denúncia aponta três núcleos do grupo criminoso: político, composto pelos ex-gestores Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Júnior Lourenço; empresarial, comandado por Tiago Val Quintan Pinto Frazão, que está em Miranda do Norte desde a gestão de Júnior Lourenço; e administrativo, formado pelos secretários municipais Antônio da Conceição Sanches, Alysson Rogério Mesquita de Oliveira - atualmente vice-prefeito do município - e Adson Mendonça Mendes, além de outros servidores da prefeitura, inclusive membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL).

Ainda segundo a acusação enviada à 1ª Vara Criminal de São Luís na sexta-feira, 18, desde o primeiro ano do mandato do ex-prefeito Júnior Lourenço, em 2009, "foi constituída, de modo permanente e ordenado, uma organização criminosa com ramificações dentro do município de Miranda do Norte com o objetivo de obter, direta e indiretamente, vantagens indevidas por meio das práticas de crimes licitatórios e crimes contra a Administração Pública".

Defesa

A reportagem entrou em contato com o deputado Júnior Lourenço por e-mail, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria. O espaço está aberto para manifestações de defesa.